



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

3302

Presidente da Mesa Diretora: Ivan José Lopes

Espécie: Projeto de Lei

Categoria: Repassa recursos, firma convênio, faz doação, concede subvenção, contribuição e ajuda financeira, destina as aplicações

Autoria: Executivo Municipal

Data: 29/01/1991

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 02/1991. Autoriza o Poder Executivo a conceder recurso financeiro ao Conselho Comunitário de Samambaia, para ajuda de custo na compra de 20 bancos para a igreja católica da comunidade.

Controle Interno – Caixa: 21

Posição: 12

Número de folhas: 19

Espécie: P
Categoria: Reparo de recursos
α: 21
Ordem: 12
nº fls: 14

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº

02/91

Autor: Prefeito Municipal

Assunto:

Autoriza a doação de Cr\$. 140.000,00 ao Conselho
Comunitário de Samambaia,

Carita

MOVIMENTO

- 1 Recebido em 29.01.91
- 2 À Com. de Leg. e Justiça em 29.01.91
- 3 Aprovado em CMAC - 31.01.91.
- 4 ~~À Com. de Finanças 31.01.91.~~
- 5 À bancada - 31.01.91.
- 6 Arquivado-se.
- 7
- 8
- 9
- 10



PREFEITURA DE MONTES CLAROS

Av. Cula Mangabeira, 211 - 39.400 - Montes Claros - Minas Gerais



PROJETO DE LEI Nº DE 28 DE JANEIRO DE 1.991.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FAZER DOAÇÃO DO VALOR DE CR\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros) AO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SAMAMBAIA - Distrito de Vila Nova de Minas.

A Câmara Municipal de Montes Claros decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a fazer doação de CR\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros) ao Conselho Comunitário de Samambaia - Distrito de Vila Nova de Minas, portadora do CGC/MF nº 21.364.518/0001-84.

Parágrafo único - O valor referido no artigo 1º será destinado, como ajuda de custo, a compra de 20 (vinte) bancos para a Igreja Católica da Comunidade.

Art. 2º - A donatária prestará contas da aplicação do recurso recebido, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir do seu recebimento, junto à Secretaria da Fazenda deste Município.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta Lei pertencerem, que a cumpram e a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém e declara.

Prefeitura de Montes Claros, 28 de janeiro de 1.991.

DR. MÁRIO RIBEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Legislação
 EM 31 DE Jan DE 1991

 PRESIDENTE

É legal e constitucional

Eduardo Nelson

1º Tenente

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 APROVADO EM 1ª DISCUSSÃO POR
VACANCIA
 EM 31 DE Jan DE 1991

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A COMISSÃO DE Finanças
 EM 31 DE Jan DE 1991

 PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
 A SANÇÃO
 EM 31 DE Jan DE 1991

 PRESIDENTE





PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS - M.G.

Em, 28 de janeiro

de 1991.

Of. Nº : 012/CJ-91

Assunto : Encaminha Projeto de Lei

Serviço : Consultoria Jurídica

Senhor Presidente,

Atendendo solicitação do Conselho Comunitário de Samambaia do Distrito de Vila Nova de Minas, entidade filantrópica e sem fins lucrativos, voltada ao atendimento das necessidades de sua Comunidade, apresentamos, nesta oportunidade, a V. Exa. e a seus dignos pares, o presente Projeto de Lei que visa repasse de ajuda financeira no valor de Cr\$-140.000,00 (cento e quarenta mil cruzeiros) à entidade referida, para a compra de bancos destinados à Igreja Católica daquela Comunidade.

O Povo de Samambaia provando o seu alto espírito cristão e fraterno, praticamente sem quaisquer outras colaborações, edificou com recursos financeiros do s seus fiéis o templo que ali hoje existe e que é motivo de maior agregação e preservação da fé por parte dos seus habitantes.

Cientes e confiantes no alto espírito cristão que norteia essa Casa, esperamos que a proposição de lei ora apresentada possa ser aprovada integralmente.

Renovamos a V. Exa. nossa consideração e grande apreço.

Cordialmente,

Mário Ribeiro da Silveira
Prefeito Municipal



Exmº Sr.

Dr. Ivan José Lopes

DD. Presidente da Câmara Municipal

N. E. S. T. A.
Mod. PMMC-17

 MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS		CGC VALIDO ATÉ 30/06/92		NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21364518/0001-84	
NATUREZA JURÍDICA 16 - ASSOCIAÇÃO		CGC		ATIVIDADE PRINCIPAL 80.21*	
ORGÃO DA SRF 67000 - MONTES CLAROS		CGC		CPF DO RESPONSÁVEL 034122966-00	
FIRMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL CONSELHO COMUNITARIO DE SAMAMBAIA		CGC			
NOME DE FANTASIA CCS		CGC			
LOGRADUARO LOC SAMAMBAIA		NÚMERO CSZN		COMPLEMENTO	
CEP 39400	BAIRRO / DISTRITO VILA NOVA DE MINAS	MUNICÍPIO MONTES CLAROS		UF MG	
RENDA - PESSOA JURÍDICA <input checked="" type="checkbox"/>		PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS <input type="checkbox"/>		IMPORTAÇÃO <input type="checkbox"/>	
CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS <input type="checkbox"/>		RENDA - RETENÇÃO NA FONTE <input type="checkbox"/>		LUBRIFICANTES E COMBUSTÍVEIS <input type="checkbox"/>	
		MINERAIS NO PAÍS <input type="checkbox"/>		ENERGIA ELÉTRICA <input type="checkbox"/>	
				SOBRE SERVIÇOS <input type="checkbox"/>	
(* APRESENTE PARA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO DE ATIVIDADE) R8805					

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO
NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO O Nº DE INSCRIÇÃO FOR INFORMADO,
AINDA QUE POR APOSIÇÃO DO CARIMBO PADRONIZADO DO CGC.

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL



ESTATUTO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SAMAMBAIA

CAPÍTULO I

DA CONSTITUIÇÃO, SEDE E FORO

CARTÓRIO DOS REGISTROS DE
TÍTULOS E DOCUMENTOS E
CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS.
Oficial - *João de Deus Mourão*
MONTES CLAROS - MINAS GERAIS

Art. 1º - É constituído o Conselho Comunitário de Samambaia, doravante denominado CCS, no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais, sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com duração indeterminada.

Art. 2º - O CCS será regido por seu estatuto e pela legislação aplicável.

§ 1º - Nenhum cargo será remunerado.

§ 2º - Não distribui dividendos.

Art. 3º - O CCS tem sede na Comunidade Samambais e foro na cidade de Montes Claros.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES, ATIVIDADES E ÁREA DE ATUAÇÃO

Art. 4º - São finalidades do CCS:

- I. Congregar órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições sócio - econômicas da comunidade.
- II. Reunir recursos disponíveis, materiais, humanos e assistenciais, através da união de esforços, pondo-os à disposição da comunidade para execução de programas de desenvolvimento.
- III. Trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, pela melhoria do nível de vida e do bem estar de sua área de atuação.
- IV. Prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiem a comunidade.
- V. Servir de ligação entre a população da comunidade, e a urbana, aumentando o seu intercâmbio.

Art. 5º - Para atingir seus objetivos o CCS se dedicará às seguintes atividades:

- I. Colaborar na execução dos programas de extensão rural.
- II. Colaborar com os órgãos e entidades na coleta de dados básicos e de outras informações sobre a situação da comunidade.
- III. Participar da análise e interpretação de dados básicos da situação e das informações complementares para identificação das necessidades da comunidade.

- IV. Colaborar na elaboração e execução de programas de saúde e higiene.
- V. Treinar mão-de-obra rural.
- VI. Reinvidicar, perante as entidades públicas, melhoria de qualquer espécie para a comunidade, sobretudo quanto à saúde, educação, energia elétrica, serviços de água e transporte rodoviário.
- VII. Promover eventos sociais e recreativos.
- VIII. Constituir comissões permanentes ou transitórias para determinadas tarefas.

Art. 6º - A área de atuação do CCS será a área de ação da comunidade.

art. 7º - O CCS não poderá exercer o proselitismo religioso e político partidário.

CAPÍTULO III DOS MEMBROS

Art. 8º - Serão membros do CCS todas as pessoas residentes e interessadas no progresso da comunidade, cujos nomes forem aprovados pela Assembléia Geral.

§ 1º - Não tem limites de números de associados.

§ 2º - A condição de membro do CCS dá direito de votar e receber voto, sem restrição de cargos.

Art. 9º - São deveres de todo membro do CCS:

- I. Zelar pelo bom nome do Conselho.
- II. Cultivar a amizade entre seus colegas, mantendo um entendimento franco, sincero e informal com os mesmos.
- III. Desempenhar com fidelidade as atividades que lhe forem atribuídas;
- IV. Frequentar as reuniões do Conselho.

Art. 10º - O Membro que faltar a três reuniões consecutivas, sem justificção será automaticamente excluído do CCS. A nova filiação a este só poderá dar-se após o decurso de seis meses.

CAPÍTULO IV

DA ORGANIZAÇÃO, COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

SEÇÃO I

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 11º - O CCS terá os seguintes órgãos:

- I. Conselho Fiscal
- II. Diretoria
- III. Assembléia Geral

SEÇÃO II

DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA DO CONSELHO FISCAL

Art. 12º - O Conselho Fiscal será formado por três membros da comunidade, competindo-lhes:

- I. Cumprir e fazer cumprir o estatuto.
- II. Assessorar a Diretoria.
- III. Propor à Diretoria diretrizes e planos para o desenvolvimento da comunidade.
- IV. Acompanhar as atividades da diretoria, visando prevenir ou corrigir possíveis irregularidades.
- V. Promover a grandeza do Conselho Fiscal.

Art. 13º - Os membros do Conselho Fiscal são eleitos para um período de 2 (dois) anos, permita a reeleição.

SEÇÃO III

DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA DA DIRETORIA

Art. 14º - A Diretoria será composta de 06 (seis) membros:

- I. Presidente
- II. Vice-Presidente
- III. 1º Secretário
- IV. 2º Secretário
- V. 1º Tesoureiro
- VI. 2º Tesoureiro

Art. 15º - Compete à Diretoria:

- I. Reunir-se uma vez por mês, juntamente com a Assembléia Geral e o Conselho Fiscal.
- II. Aprovar a admissão de novos membros do Conselho Comunitário.
- III. Zelar pela observância do estatuto.
- IV. Constituir comissões.
- V. Convocar a Assembléia Geral para reuniões extraordinárias.
- VI. Apresentar prestações de contas e balanços anuais para apreciação do Conselho Fiscal, e à Assembléia Geral depois de aprovados.

Art. 16º - A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Presidente ou por iniciativa de dois terços de seus membros, com indicação da relevância da matéria incluída na ordem do dia.

Parágrafo único - A Diretoria decidirá por maioria simples, em reunião da qual devem participar pelo menos o Presidente ou o Vice-Presidente, o 1º Secretário ou o 2º, o 1º Tesoureiro ou o 2º.

Art. 17º - Compete ao Presidente:

- I. Representar o CCS em juízo e fora dele.
- II. Presidir as reuniões e convocá-las quando necessário.
- III. Autorizar despesas e pagamentos.
- IV. Manter-se informado de todo o movimento interno e externo do Conselho Comunitário.
- V. Informar à comunidade sobre os trabalhos realizados e colher opiniões sobre assuntos comuns à coletividade.
- VI. Assinar, juntamente com o Tesoureiro, cheques ou documentos que envolvam responsabilidades financeiras do Conselho Comunitário.

Art. 18º - Compete ao Vice-Presidente:

- I. Substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.
- II. Movimentar os trabalhos que visam o desenvolvimento da comunidade e assessorar o Presidente.

Art. 19º - Compete ao 1º Secretário:

- I. Lavrar e assinar as atas.
- II. Fazer a escrita do CCS.
- III. Atualizar o registro dos membros do CCS.
- IV. Atualizar o registro dos membros do CCS.
- IV. Redigir correspondências.

Parágrafo único: Em sua falta e impedimentos será substituído pelo 2º Secretário.

Art. 20º - Compete ao 1º Tesoureiro:

- I. Pagar as despesas autorizadas.
- II. Proteger o patrimônio social, pelo qual é responsável.
- III. Juntamente com o Presidente, assinar cheques ou documentos que envolvam responsabilidades financeiras, do CCS.
- IV. Liberar pequenas despesas.
- V. Conservar em dia as escritas contábeis do Conselho Comunitário e zelar pelos livros e documentos de contabilidade e escrituração.

Parágrafo único: Em sua falta e impedimentos será substituído pelo 2º Tesoureiro.

Art. 21º - A Diretoria será eleita por um período de 2 (dois) anos, permitindo a reeleição.

Art. 22º - A Assembléia Geral será convocada:

- a) Pelo Presidente.
- b) Pelo Conselho Fiscal.
- c) Por 1/3 da Assembléia Geral.

Se constituirá com a presença mínima de metade mais um de seus membros, na primeira convocação e com qualquer número na segunda convocação.

Art. 23º - Compete à Assembleia Geral:

- I. Eleger Conselho Fiscal e Diretoria.
- II. Decidir sobre assuntos que lhe sejam levados pela Diretoria.
- III. Decidir sobre a dissolução do CCS.

CAPÍTULO V

DO PATRIMÔNIO SOCIAL E DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24 - O Patrimônio do CCS será constituído de:

- I. Subvenções ou auxílios de entidades públicas ou privadas.
- II. Imóveis, móveis, benfeitorias, materiais e equipamentos que vierem a possuir.
- III. Rendas de eventos promovidos pelo CCS.
- IV. Doações, subvenções legadas e rendas extraordinárias não previstas nos itens anteriores.

Art. 25º - Em caso de dissoluções do CCS, o patrimônio deverá ser incorporado ao de instituição similar que exista na comunidade e em falta desta, se destinará a uma entidade de assistência social indicada pela Assembleia Geral.

Art. 26º - O presente estatuto só poderá ser alterado pelo Conselho Fiscal, diretoria e Assembleia Geral, em trabalho conjunto.

Art. 27º - Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria, ouvindo Conselho Fiscal e Assembleia Geral.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 28º - A partir do registro do Conselho Comunitário, a primeira diretoria terá prazo de 60 dias para apresentar ao Conselho Fiscal e Assembleia Geral, o seu plano de trabalho.

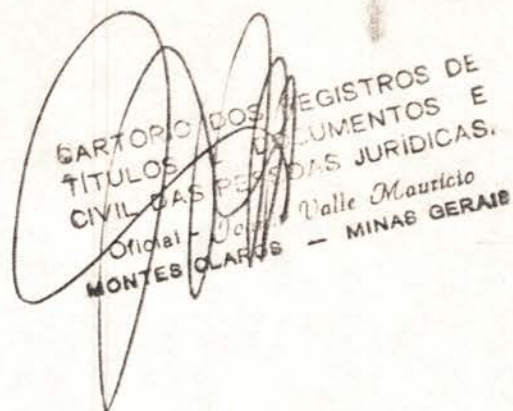
Art. 29º - De conformidade com o presente estatuto, aprovado em Assembleia Geral realizada no dia 29.12.82, na localidade de Samambaia, foram eleitos a primeira Diretoria e o primeiro Conselho Fiscal que ficaram assim constituídos:

I - DIRETORIA:

Presidente: Eurídio Castano de Andrade

Vice-Presidente: Matias Gonçalves de Queiroz

- 1º Secretário: Maria Margarida Soares de Oliveira
2º Secretário: Valdomiro Ferreira Gonçalves
1º Tesoureiro: Manoel Ribeiro do Carmo
2º Tesoureiro: Sinvaldo Gonçalves de Oliveira



II - CONSELHO FISCAL:

- José Gonçalves Neto
- Maria dos Anjos Soares Ribeiro
- Ubaldo Ferreira Gonçalves

São membros fundadores do CCS porque estiveram presentes à reunião de sua constituição e assinaram a ata, as seguintes pessoas:

1. Alcides Pereira dos Santos
2. Agenor Cardoso dos Santos
3. Antônio Gonçalves da Silva
4. Antônio Ribeiro do Carmo
5. Donato Cardoso dos Santos
6. Eliene Gonçalves
7. Emiliania Barbosa Silva
8. Felício Gonçalves Ferreira
9. Geraldo Gomes Caetano
10. Germano Gonçalves da Silva
11. Geraldo Rodrigues de Freitas
12. Heraclides Gonçalves Ferreira
13. Hermínio Gonçalves de Oliveira
14. João Gonçalves Ferreira
15. João Gonçalves da Silva (Dão)
16. João Gonçalves da Silva (João de Cota)
17. João Gonçalves Ribeiro
18. José Gonçalves dos Santos
19. José Gonçalves de Oliveira
20. José Ferreira dos Santos
21. José Ferreira Gonçalves
22. José Gonçalves de Carvalho
23. José Hamilton Soares de Oliveira
24. José Gonçalves Ferreira
25. José Osmar Gonçalves
26. José Gonçalves de Almeida
27. José Aparecido Soares de Oliveira
28. Joaquim Ribeiro do Carmo
29. Jovelino Ribeiro do Carmo
30. Luiza Ribeiro
31. Maria Zilda Ribeiro
32. Moisés Gonçalves de Oliveira

- 33. Maria do Carmo Cruz
- 34. Santos Caetano da Silva
- 35. Sebastião Cardoso dos Santos
- 36. Valdomiro Gonçalves Cruz
- 37. Valdir Ferreira Gonçalves

Samambaia, 29 de dezembro de 1.982.

PRESIDENTE: Emidio Caetano de Andrade

VICE-PRESIDENTE: Matias Gonçalves de Queiroz

1º SECRETÁRIO: Maria Margarida Soares Oliveira

2º SECRETÁRIO: Valdomiro Ferreira Gonçalves

1º TESOUREIRO: Manoel Ribeiro de Cam

2º TESOUREIRO: Samuel Gonçalves de Oliveira

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURIDICAS
REGISTRO N° 0514-83 LV° 2a. 4
FLS 294 e PROT N° 10.457,83
FLS 162 NO LIVRO A2
UMA VIA ARQUIVADA PASTA 12
NESTE LA TOMEI
MONTE LARI 14 DE março DE 1983
(a) JOAQUIM VALLE X-CHIM TAY

Ata do Conselho Comunitário de Somambria CCS

ARTIGO 100
TÍTULO 1
CIVIL
ONDE
MONTES CLAROS
MINAS GERAIS

Dos (16) do mês de dezembro de 1990 mil novecentos e noventa no prédio da Escola Municipal Esperidião Martins no distrito de Vila Nova de Minas no município de Montes Claros Minas Gerais realizou-se uma reunião extraordinária para a eleição da nova diretoria do Conselho Comunitário CCS, e também Conselho Fiscal.

A reunião teve início às 11:00 terminando às 2:00 hrs, sendo coordenada pelo presidente do CCS o Sr. João Gonçalves Ribeiro. Dos 74 sócios compareceram e votaram 55 associados. Antes do início da votação o Sr. Waldomiro Gonçalves Ferreira usou da palavra para declarar que apesar de estar afastado do CCS, a um certo tempo estava decidido o voltar e, ser candidato a presidência do CCS, caso se a assembleia concordasse, estava disposto a concorrer em chapa com alguns companheiros formando a sua chapa, caso aparecesse outros candidatos para uma outra chapa ou mesmo votando na folha como já foi decidido na última reunião.

Houve sócios que discordaram da ideia defendendo a ausência do Waldomiro no Conselho mais como já tinha sido discutido na última reunião que mesmo não estando em dias os sócios poderia votar e com o apoio da assembleia foi aceito o início a votação com um presidente guarnecendo e

REGISTRO DE TITULOS	DOCUMENTO
NÚMERO N° 1228851	B-A-11
FOTO	2074791
PLA 47	47
UMA VIA ARQUIVADA PASTA	86
NESTE CARTÃO	
MONTES OU ROSAS	BR 191
(S)	

CLÁUSULA 24 - Para efeitos legais e conveniências de-
no preceito o valor estimado de R\$ 29.000,00 (Vinte e
nove mil reais de cruzado).

CLÁUSULA 25 - O presente contrato poderá ser extinto
por iniciativa do órgão contratante ou por iniciativa do
contratado, a depender da natureza jurídica, e a
extinção, que extingue a obrigação de cumprimento
das obrigações contratadas.

Parágrafo Único - O adiantamento de adiantamento
de R\$ 1.000,00 (mil reais) em 5% (cinco por cento) do
valor do Art. 63º, do Decreto Municipal nº 365/79, o
qual poderá ser usado para pagamento dos recursos financeiros
e obrigatórios por parte da Secretaria Municipal da Fa-
brica.

CLÁUSULA 26 - A forma de pagamento será de acordo com
a legislação em vigor, com o valor no preceito expresso
na Nota Contratada.

CLÁUSULA 27 - A Contratada obriga-se a apresentar a
SMT, para análise, os seguintes documentos:

a) Nota de prestação de serviços, emitida pela fir-
ma e pelo seu RT;

b) Nota de prestação de serviços, emitida pela fir-
ma e pelo seu RT;

c) Cronograma físico e financeiro das obras a ser
realizadas.

CLÁUSULA 28 - Não haverá vinculação de qualquer espi-
ral do pessoal contratado pela empreiteira com a SMT,
responsável por todos os encargos legais, de or-
dem tributária, previdenciária, seguranças e quaisquer
outros, quando no âmbito do presente contrato.

CLÁUSULA 29 - A SMT não se responsabiliza por qualquer
acidente que ocorrer com o equipamento, quando a Contru-
tada todas as responsabilidades referentes ao mesmo, tan-
to no âmbito da SMT.

CLÁUSULA 30 - As despesas com a prestação de serviços
de manutenção da SMT, conforme indicação da Secretaria Municipal
da Fazenda, na prestação de serviços, serão de responsabilidade
da SMT.

CLÁUSULA 31 - A Contratada obriga-se a publicar o con-
trato no órgão oficial, por meio de publicação no
diário oficial, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura
do mesmo.

CLÁUSULA 32 - O presente contrato não poderá ser
cancelado, nem rescindido, sem a aprovação da SMT, e a
resolução de qualquer litígio, que possa surgir,
em razão do descumprimento das obrigações estabelecidas,
na Contratada.

CLÁUSULA 33 - Fica eleito o foro de Belo Horizonte,
Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer
controvérsias oriundas deste contrato.

CLÁUSULA 34 - Por estarem justos e contentes, lavrou-se esta que
lida e acatada conforme, val assinada pelas partes e tes-
temunhas abaixo.

SMT
Administrador RN
Diretor de Administração
Testemunhas

2.939 - T. 323.217 - X

fevereiro de 1974, são convocados todos os
proprietários de terras confinantes ou encla-
vadas e demais interessados a virem a sede des-
ta Fundação à rua Alvarenga Peixoto, 974, nes-
ta Capital, no prazo de 20 (vinte) dias con-
ta desta data, apresentar as provas de seu
domínio ou posse, protestos, reclamações ou
embargos. Para que chegue ao conhecimento de
todos e ninguém possa alegar ignorância o pre-
senso edital será publicado no "Minas Gerais"
Órgão Oficial do Estado.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 1983
SEBASTIÃO DE MATOS
DIRETOR DO PATRIMÔNIO DE TERRAS

2.014 - P. 55.940 - X

COOPERATIVA E FUNDACÃO DE APOIO À PESQUISA
E À SAÚDE DE MINAS GERAIS - FUNDACÃO DE APOIO À
CERCA Nº 17.421.799/000-16.

ASSISTENTE GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETOR DE CONVOCACÃO

Segundo de Assembleia Geral Ordinária da Pro-
pria Associação, no uso de suas atribuições que lhe con-
feriu o Estatuto Social, convoca os membros da
Associação para a Assembleia Geral Ordinária
que se realizará em 29 de fevereiro de 1983, às 14h00
horas, no local a seguir designado, para discutir e
aprovar o projeto de 2º e 3º anos, além de outras
matérias de interesse da Associação, na 1ª reunião
do Conselho Geral, em 24 de fevereiro de 1983, às 17h00
horas, para a eleição do Conselho Geral e do
Conselho Fiscal, e para a aprovação do balanço
do exercício de 1982, e para a aprovação do plano
de trabalho para o exercício de 1983.

CLÁUSULA 35 - A Contratada obriga-se a publicar o con-
trato no órgão oficial, por meio de publicação no
diário oficial, no prazo de 15 (quinze) dias após a assinatura
do mesmo.

CLÁUSULA 36 - O presente contrato não poderá ser
cancelado, nem rescindido, sem a aprovação da SMT, e a
resolução de qualquer litígio, que possa surgir,
em razão do descumprimento das obrigações estabelecidas,
na Contratada.

CLÁUSULA 37 - Fica eleito o foro de Belo Horizonte,
Estado de Minas Gerais, para dirimir quaisquer
controvérsias oriundas deste contrato.

CLÁUSULA 38 - Por estarem justos e contentes, lavrou-se esta que
lida e acatada conforme, val assinada pelas partes e tes-
temunhas abaixo.

SMT
Administrador RN
Diretor de Administração
Testemunhas

2.962 - T. 323.245 - R 10 - X

Esta Ata é cópia fiel da transcrita às fls.
69 V, do Livro nº II de Registro de Atas de As-
sembleias Gerais da Sociedade.
(a.) Emílio Guidorizzi
(a.) Farid Simão - OAB-MG - 1.948

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais -
CERTIDÃO - Certifico que este documento, pagas
as taxas, foi arquivado na data e número apostos
mecanicamente. (a.) Célio Cota Pacheco-Secreta-
rio Geral.

02/mar/1983
JUCEMG 589.518-7/83
2.978 - T. 323.265 - X

EXTRATO DE ESTATUTO

O Conselho Comunitário de Santarém, com sede naque-
la localidade, Município de Montes Claros/MG, é Sociedade
de fins não lucrativos. Usa a sigla "OCS" e vi-
sa o bem estar da região. Regem-se por seus estatutos e
legislação em vigor. Com atividades políticas e associa-
ções de qualquer credo, cor, raça ou sexo. Durando: pra-
zo indeterminado. Na extinção, seu patrimônio será in-
corporado à instituição similar ou à Sociedade de Assis-
tência Social, indicada pela Assembleia Geral. Os soci-
os: fundadores, contribuintes e beneméritos. Seus órgãos:
Conselho Fiscal, Diretoria de Departamentos e Assembleia
a Geral. O presidente representa o OCS em juízo ou fora
dela. O patrimônio será constituído de doações, ex-
cessos, contribuições, imóveis, móveis, bens materiais,
doações, legados e outros bens e rendas. Os estatutos
só podem ser reformados pelo Conselho Fiscal, Diretoria
e Assembleia Geral em conjunto. Casos omissos serão re-
solvidos pela Diretoria, ouvindo o Conselho Fiscal e a
Assembleia Geral. EMISSÃO: 02/03/83. PRESIDENTE:

2.008 - P. 55.934 - X

EXTRATO DO ESTATUTO DO "CONSELHO COMUNITÁRIO DE SAMAMBAIA - CCS
MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS COM SEDE NO ESTADO DE MINAS GERAIS.

O Conselho de Desenvolvimento Comunitário é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com duração indeterminada, que objetiva:

- Congregar órgãos e pessoas interessadas em melhorar as condições sócio-econômicas da comunidade.
- Reunir recursos disponíveis, materiais, humanos e assistenciais através da união de esforços, pondo-os à disposição da comunidade para execução de programas de desenvolvimento.
- Trabalhar pelo desenvolvimento da agricultura, pela melhoria do nível de vida e do bem-estar de sua área de atuação.
- Prestigiar, estimular e ajudar as iniciativas que beneficiem a comunidade.
- Servir de ligação entre a população da comunidade e a urbana, aumentando o seu intercâmbio.

A área de ação do CCS será a área de atuação da comunidade. Ao Presidente da Diretoria compete sua representação à Assembleia Geral decidir sobre sua dissolução e, nesse caso, dar destino ao seu patrimônio e à Diretoria, em trabalho conjunto com o Conselho Deliberativo, promover reformas estatutárias.

ATA DE FUNDAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO DE SAMAMBAIA (CCS)

Aos vinte e nove (29) dias do mes de dezembro de mil no-
vecentos e oitenta e dois (1982) no prédio da Escola Municipal Espe-
ridião Martins, no Povoado de Samambaia, distrito de Vila Nova de Mi-
nas, Município de Montes Claros-MG, realizou-se reunião para forma-
ção do Conselho Comunitário de Samambaia, a reunião teve início as
19,00, terminando as 23,00 horas e teve como coordenador o Sr. Ubal-
do Ferreira Gonçalves, Técnico da Emater, tendo os seguintes assuntos
em pauta, primeiro (1º), Eleição da Diretoria e conselho fiscal. Segun-
do (2º), aprovação de estatutos e nome do conselho que ficou denominado
pela maioria absoluta dos sócios: Conselho Comunitário de Samambaia,
também conhecido pela Sigla CCS. O Sr. Ubaldo Ferreira Gonçalves, fez
abertura dos trabalhos, explicando o que é um conselho organizado,
e quantos melhoramentos Samambaia irá receber depois de registrado
o referido conselho, em seguida tomou a palavra o Sr. Manoel Soares
Lopes, que elogiou a iniciativa da Comunidade de Samambaia pela par-
ticipação nas reuniões, inclusive esta reunião que contava com parti-
cipação de 37 associados e que-se colocava a disposição do Conselho
para dar sua parcela de contribuição para melhorar as condições de
vida do povo desta Comunidade. Em seguida procedeu-se a eleição da
Diretoria e conselho Fiscal, apresentando chapa única e eleita por
aclamação, ficando assim constituída.

DIRETORIA- Presidente: Emídio Caetano de Andrade. Vice Presidente :
Matias Gonçalves de Queiroz. 1º (primeiro) Secretário: Maria Margarida
Soares de Oliveira. 2º (segundo) secretário: Valdomiro Ferreira Gon-
çalves. 1º (primeiro) Tesoureiro: Manoel Ribeiro do Carmo. 2º (segundo
Tesoureiro: Sinvaldo Gonçalves de Oliveira, todos brasileiros, resi-
dentes em Samambaia, CPFs. 120 212 306-70, 606 425.283-00

203 806 406-70, _____, _____,
respectivamente.

CONSELHO FISCAL: José Gonçalves Neto, Maria dos Anjos Soares Ribe-
e Ubaldo Ferreira Gonçalves, também brasileiros, residentes em Sam-
ambaia, CPFs. _____, _____, _____, respectiva-
mente.

Não havendo nada mais a tratar, eu Maria Margarida So-
de Oliveira, primeira secretária do Conselho Comunitário de Samar-
lavrei a presente ata que, depois de lida foi assinada pela Dire-
eleita e conselho Fiscal.

PRESIDENTE Emidio Caetano de Andrade CPF 034122966
VICE PRES Matias Gonçalves de Queiroz 178556036
CPF